

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira

DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS A AGROTÓXICOS

desafios para a regulamentação
dos agroquímicos no Brasil

DE DEFENSIVOS
AGRÍCOLAS A
AGROTÓXICOS:

desafios para a regulamentação
dos agroquímicos no Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Álvaro Toubes Prata

Vice-Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros

Conselho Editorial

Maria de Lourdes Alves Borges (Presidente)

Alai Garcia Diniz

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Ione Ribeiro Valle

João Pedro Assumpção Bastos

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Maria Cristina Marino Calvo

Miriam Pillar Grossi

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88.010-970 – Florianópolis/SC

Fones: (48) 3721-9408,

3721-9605 e 3721-9686

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX

Presidente do Conselho Editorial

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Conselho Editorial

Antônio Carlos Wolkmer

Eduardo de Avelar Lamy

Horácio Wanderley Rodrigues

João dos Passos Martins Neto

José Isaac Pilati

José Rubens Morato Leite

Editora Fundação Boiteux

UFSC – CCJ – 2ª andar

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 6510 – sala 216

Florianópolis/SC – 88.036-970

Fone: (48) 3233-0390

livraria@funjab.ufsc.br

www.funjab.ufsc.br

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira

DE DEFENSIVOS
AGRÍCOLAS A
AGROTÓXICOS:

desafios para a regulamentação
dos agroquímicos no Brasil

Volume I



Florianópolis
2011

© 2011 Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira

Direção Editorial:

Paulo Roberto da Silva

Coordenação Editorial:

Manoel Ricardo de Lima

Capa e projeto gráfico e diagramação:

Rita Motta - Ed. Tribo da Ilha

Revisão:

Lau Furlan

Impressão:

Gráfica e Editora Copiart Ltda

FICHA CATALOGRÁFICA

F383d Ferreira, Maria Leonor Paes Cavalcanti

De defensivos agrícolas a agrotóxicos : desafios para a regulamentação dos agroquímicos no Brasil / Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira. – Florianópolis : Ed. da UFSC : Fundação Boiteux, 2011. 170p. – (Direito e Saúde)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-328-0548-5 (Editora UFSC)

ISBN: 978-85-7840-041-5 (Fundação Boiteux)

1. Direito Ambiental. 2. Produtos Químicos Agrícolas. 3. Meio Ambiente. 4. Agrotóxicos - Legislação - Brasil. I Títulos

CDU: 632.9

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

AGRADECIMENTOS



A obra “De defensivos agrícolas a agrotóxicos: desafios para a regulamentação dos agroquímicos no Brasil” é fruto de dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Agradeço inicialmente à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Destaco, que algumas das minhas inquietações foram trazidas para o debate acerca dos agrotóxicos realizado durante a VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente, em novembro de 2010, na Universidade Federal de Santa Catarina. O evento, patrocinado pela FAPESC, contou também com a participação do Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado, do Juiz Federal Dr. Paulo Afonso Brum Vaz, da Coordenadora do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, Dra. Janete Ferreira Pinheiro, do Prof. Dr. Rubens Onofre Nodari e da Advogada da ANVISA, Dra. Letícia Rodrigues da Silva. Essa iniciativa de trazer para o debate acadêmico a problemática relacionada aos agrotóxicos contou com o

total apoio do Prof. Dr. José Rubens Morato Leite, Coordenador do Projeto “Agrotóxicos: aspectos técnicos, jurídicos e éticos”. O objetivo maior do referido projeto é contribuir para a conscientização acerca dos desafios que a gestão dos agroquímicos impõe para todos os cidadãos, tendo em vista a potencialidade dos danos para a saúde humana e o meio ambiente.

Além de agradecer à FAPESC, devo aqui externar o meu reconhecimento aos meus pais, Jovino e Vera Lúcia, meus tesouros, por tudo e, principalmente, por me ensinarem a querer sempre “saber mais”. Aos meus amados irmãos, David e Bráulio, pela amizade e cumplicidade.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Rubens Morato Leite, pelo estímulo ao longo de minha formação acadêmica, disponibilidade e competente orientação. Agradeço por ter encontrado um verdadeiro mestre, a quem se- rei sempre grata pelas oportunidades.

À minha coorientadora, Professora Doutora Heline Sivini Ferreira, pela inesgotável paciência, compreensão, estímulo, disponibilidade e orientação precisa durante essa jornada. Aos Professores Doutores Rubens Onofre Nodari, Rogério Portanova, Patryck de Araújo Ayala e Luiz Carlos de Olivo Cancelier, pela disponibilidade de sempre e pelos conhecimentos transmitidos.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental na Sociedade de Risco (GPDA/CNPq), pelo carinho e pelos bons momentos vividos na Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação e destaco que muitos esforços ainda deverão ser realizados por todos nós a fim de garantir que os agrotóxicos possam ser comercializados sem causar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

*“Uma pessoa inteligente
resolve um problema,
um sábio o previne”.*

Albert Einstein

*“Se não for sonho não vale a pena viver,
pois de sonho em sonho aprende-se a ser”.*

Lindolf Bell





INTRODUÇÃO	11
1 A SOCIEDADE DE RISCO, A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE	15
1.1 A sociedade atual como uma sociedade de risco	15
1.1.1 Conceito e configuração da sociedade de risco	16
1.2 Os riscos característicos da segunda modernidade...24	
1.2.1 Os riscos de classe e o fenômeno da irresponsabilidade organizada	30
1.3 As interferências da ciência e da tecnologia na configuração da sociedade de risco.....	35
2 AGROTÓXICOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO.....	51
2.1 Origem e conceito	51
2.2 Classificação.....	61
2.3 Riscos para o meio ambiente e para saúde humana.....	66
3 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO AMBIENTAL: CONCEITO E PRESSUPOSTOS.....	77
3.1 O Estado de Direito Ambiental.....	77

3.1.1	Conceito e Pressupostos	78
3.1.2	O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no Estado Democrático de Direito Ambiental.....	90
4	O REGISTRO DE AGROTÓXICOS E O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	101
4.1	Aspectos destacados da legislação brasileira sobre registro de agrotóxicos	101
4.1.1	Conceito de registro	101
4.1.2	Origem do procedimento do registro de agrotóxicos no Brasil	102
4.1.3	Competência para realizar registro.....	104
4.1.4	Competência para legislar sobre registro....	108
4.1.5	Condições para registro	113
4.1.6	Registro de produto equivalente.....	116
4.1.7	Reavaliação de registro	118
4.1.8	Impugnação de registro	121
4.2	A relevância do registro de agrotóxicos para o Estado de Direito Ambiental	122
4.3	O registro de agrotóxicos e o direito à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: análise jurisprudencial.....	125
	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS.....	151

A presente obra, desenvolvida à luz da teoria da sociedade de risco, destaca os principais elementos que contribuem para a ineficácia dos instrumentos que se propõem a gerir os riscos na modernidade. Objetiva ainda sistematizar e analisar os agrotóxicos em sua dimensão técnica, apresentando aspectos como origem, classificação e potenciais efeitos adversos para o meio ambiente e a saúde humana. Finalmente, examina o procedimento de registro de agrotóxicos e a jurisprudência pertinente com o propósito de verificar se o referido procedimento tem sido utilizado pelo Poder Público como meio de assegurar o direito à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Destaca-se que este livro é um dos resultados do projeto “Agrotóxicos: aspectos técnicos, jurídicos e éticos”, que contou com o apoio da FAPESC para a sua realização.

